

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004819-26.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários**
 Exequiente: **BANCO TRIÂNGULO S/A**
 Executado: **JOAO C. SOARES - MR e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BANCO TRIÂNGULO S/A, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Execução de Título Extrajudicial em face de JOAO C. SOARES - MR, JOÃO CARLOS SOARES, Doralicio Soares, também qualificado, alegando ter emitido em favor do banco embargado a *Cédula de Crédito Bancário nº 750538* no valor de R\$ 62.151,26, e a *Cédula de Crédito Bancário nº 1076183* no valor de R\$ 3.000,00, as quais entende devam ser obrigatoriamente juntadas aos autos em suas vias originais, dada sua natureza cambial, de modo a evitar a eventual circulação por endosso, impugnando ainda que o banco embargado não teria instruído a execução com memória discriminando os valores do crédito, amortizações e encargos nos vários períodos, fazendo com que o título perca sua exequibilidade, impugnando ainda não haja prova da liberação dos valores, prejudicando o exercício de seu direito à ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal, aduzindo que a planilha juntada às fls. 19, por omitir o índice dos juros contratuais, os moratórios, a multa, e por referir-se tão somente à *Cédula de Crédito nº 750538*, sem qualquer demonstrativo em relação à *Cédula de Crédito nº 1076183*, viciaria a liquidação e a execução, passando daí a reclamar que a *Cédula de Crédito nº 1076183* emitida no valor de R\$ 3.000,00 configuraria, na verdade, um contrato de abertura de crédito rotativo em conta corrente ou cheque especial, descaracterizando-o como título executivo extrajudicial, passando em seguida a impugnar a ocorrência de anatocismo, e uma eventual cumulação da comissão de permanência com outros encargos, seguindo para o excesso de execução, porquanto se valor o valor da dívida demonstrada às fls. 19 em 27/05/2014 era de R\$ 35.186,69, não seria razoável que entre a data desse cálculo e a distribuição da ação o valor fosse elevado para R\$ 58.694,40, de modo que postula a realização de prova pericial a fim de saber o valor correto da dívida, bem como da ocorrência ou não de abusividade por parte do banco embargado, para que seja determinada a devolução na forma do artigo 940 do Código Civil e parágrafo único do artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, impugnando a seguir a cobrança de seguro prestamista, com a finalidade de garantir o credor da eventual ocorrência de eventos que impossibilitem o devedor de adimplir as obrigações contratadas, tratando-se de venda casada, tratando-se de produto que falta ao dever de informar exigido pelo Código de Defesa do Consumidor, até porque firmado em instrumento de adesão, requerendo a extinção do processo pela inexistência de título executivo extrajudicial, ou, de outro modo, seja nomeado perito a fim de conferir se houve capitalização, cumulação, etc. (sic.), e uma vez constado o excesso de execução seja o débito reduzido ao seu real valor, condenando o embargado a restituir em dobro o exigido a maior, que deverá ser compensado com o valor devido.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

O embargado respondeu sustentando que a dívida executada tem por fundamento o inadimplemento de Cédulas de Crédito Bancário, firmadas nos moldes da Lei 10.931/04, fato a respeito do qual o embargante não teria apresentado nenhuma justificativa, e porque observou a norma aplicável à espécie, instruindo a Cédula de Crédito Bancário com os extratos de conta corrente, entende não haja se impugnar a liquidação da dívida, destacando não se faça necessária a apresentação da via original da cédula, conforme precedentes dos nossos tribunais, passando a ponderar da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor porquanto a embargante é pessoa jurídica e a relação analisada não poderia se enquadrar como relação de consumo, uma vez que não foi a destinatária final do objeto do contrato, passando a considerar que as cláusulas do negócio teriam sido redigidas de forma clara e inequívoca, sem margem a interpretação dúbia, até porque desde a assinatura das Cédulas o embargante estava totalmente ciente do valor total que pagaria, principalmente por se tratar de prestações fixas, repudiando a alegação de excesso de execução na medida em que a liquidação consta do saldo remanescente devido a partir do vencimento antecipado das prestações, acrescidos dos encargos convencionados no contrato, concluindo pela improcedência da ação.

O embargante não se manifestou em réplica.

É o relatório.

Decido.

Conforme precedente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o pedido de execução pode ser instruído com cópia autenticada da cédula de crédito bancário, dispensada a juntada da via original: *“Execução de título executivo extrajudicial. Cédula de crédito bancário. Juntada de via original. Desnecessidade. Cópia autenticada eletronicamente que pode embasar a ação. Precedentes. Juntada de cópia simples. Inadmissibilidade. Documento sem força executiva. Execução que deve ser instruída com o original da certidão eletrônica do contrato. Recurso parcialmente provido, com determinação”* (cf. AI. nº 2170325-86.2014.8.26.0000 - 12ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/01/2015¹).

No que respeita ao argumento de que a execução não estaria instruída com memória de cálculo discriminando os valores do crédito, amortizações e encargos nos vários períodos, a leitura dos autos da execução demonstra que às fls. 19 acha-se primeiramente a memória de liquidação de uma das cédulas, apresentando saldo devedor de R\$ 35.186,69 em 27 de maio de 2017, e a outra, com a memória de cálculo às fls. 22 apresentando saldo devedor de R\$ 23.507,51 em 27 de maio de 2014, com discriminação da evolução desse saldo devedor nos extratos de movimentação de valores às fls. 25/44, de modo que somadas essas memórias de cálculo totalizam o valor da execução, R\$ 58.694,20.

Vale destacar, a leitura dos extratos, por si, já demonstra a liberação dos valores em favor do embargante, que com o máximo respeito, não teria aguardado desde a emissão das cédulas, emitidas no ano de 2013, até o ajuizamento dos embargos, em agosto de 2014, para formular o reclamo de que não recebeu os valores, com o devido respeito.

E não é verdade, renove-se o máximo respeito, que a memória de cálculo apresentada pelo credor omita o índice dos juros contratuais e encargos moratórios ou multa, pois a leituras dos documentos às fls. 19 e fls. 22 deixa ver a clara indicação dessas taxas e percentuais.

Já em relação ao argumento de que a emissão da Cédula de Crédito configuraria, na verdade, um contrato de abertura de crédito rotativo em conta corrente ou cheque especial, descaracterizando-o como título executivo extrajudicial, cumpre lembrar o teor da Súmula nº 14

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>

da Egrégia Turma Especial da Subseção de Direito Privado II, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que estabelece: “A *cédula de crédito bancário regida pela Lei nº 10931/2004 é título executivo extrajudicial*”.

Quanto a uma eventual prática de anatocismo, o que se vê é que a *Cédula de Crédito Bancário nº 750538*, emitida no valor de R\$ 62.151,26, teve ajustado o pagamento em quinze (15) parcelas de valor igual de R\$ 5.130,00, com juros pré-fixados de 2,7487% (*vide fls. 16 dos autos da execução*).

Em tais circunstâncias, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros” (cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013²).

E assim é porque “em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012³).

De igual modo, a *Cédula de Crédito Bancário nº 1076183* emitida no valor de R\$ 3.000,00, teve ajustada a taxa de juros pré-fixados de 6,0% (*vide fls. 20 dos autos da execução*), e conforme consta expressamente na cláusula 4. dessa cédula, a utilização desse valor se faria à guisa de limite de crédito com possibilidade expressa de capitalização desses juros (*vide fls. 21*), de modo que não se pode afirmar havida ilegalidade alguma, nos termos da jurisprudência sobre o tema: “*CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - JUROS REMUNERATORIOS - Contratação expressa. Legalidade. Recurso da ré não provido para esse fim. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - Possibilidade desde que pactuada - Lei nº 10.931/2004 (art. 28, § 1º. I) - Contratação expressa que permite a capitalização dos juros no caso concreto. Recurso da ré não provido para esse fim*” (cf. Ap. nº 990093259729 - 37ª Câmara de Direito Privado do TJSP - 16/09/2010⁴).

A alegação de que haveria uma “*eventual cumulação da comissão de permanência com outros encargos*”, com o devido respeito ao embargante, não pode ser conhecida, atento a que a execução foi instruída com memória de cálculo às fls. 19 e às fls. 22, e, ainda, com extratos de evolução do valor da dívida às fls. 25/44, o que implicaria na necessidade de que o embargante se houvesse com um mínimo de especificidade em relação a esse argumento.

Vale destacar, o embargante nem mesmo afirma que a cumulação existiu.

Como se sabe, o processo civil é guiado pelo princípio da *substanciação*, que obriga o autor, nos termos do que regula o inciso III do art. 282, do Código de Processo Civil, a “*expor na inicial o fato e os fundamentos jurídicos de sua pretensão, de modo que resulte claro o pedido*”, requisitos esses que “*a inicial deverá observar com o máximo cuidado, sob pena de incidir em inépcia e ser liminarmente repelida*”, pois da clareza desses dados dependerá “*que o réu possa preparar sua defesa*” (cf. MOACYR AMARAL SANTOS⁵).

Mas não é só: “*fatos descritos são segmentos da História, ou eventos da vida, aos quais o demandante atribui a eficácia que lhe conferir o direito alegado e a necessidade de tutela jurisdicional postulada. Das dimensões que tiverem dependerão os limites da sentença a ser proferida (art. 128); bem como os da coisa julgada que sobre ela incidir*” (cf. CÂNDIDO

² www.esaj.tjsp.jus.br.

³ www.esaj.tjsp.jus.br

⁴ www.esaj.tjsp.jus.br.

⁵ MOACYR AMARAL SANTOS, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, Vol. 2, Saraiva, SP, 1999, p. 133.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

RANGEL DINAMARCO ⁶).

Ora, se não há uma clara descrição dos vícios dos negócios que se quer revistos, impossível ao julgador dirigir a prova e, mais que isso, proferir uma sentença, já que essa deverá observar as *questões postas* pelo autor (cf. art. 128, *Código de Processo Civil*), como ainda os limites do pedido (cf. art. 460, *mesmo Codex*).

Por isso mesmo se tem decidido que *“insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações”* (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator), pois a *“alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório”* (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator ⁷).

A própria afirmação de excesso de execução, aliás, estaria comprometida, a partir dessa generalidade do argumento, pois, conforme nos permite constatar a leitura do disposto no §5º do art. 739-A, do Código de Processo Civil, *“Quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento”*.

Finalmente, também é de se rejeitar a alegação de que a cobrança de seguro prestamista seria nula por implicar em venda casada.

Primeiramente porque não há prova dessa contratação ou dessa cobrança, e, depois, porque conforme a jurisprudência, o *“Seguro de proteção que visa assegurar a normalidade do financiamento na hipótese de invalidez, morte acidental, desemprego involuntário – Legalidade”* (cf. Ap. nº 0009073-21.2011.8.26.0063 - 37ª Câmara de Direito Privado TJSP - 02/10/2012 ⁸).

Mais especificamente sobre a venda casada: *“Não ocorrência de operação casada. Usuário que não está obrigado a contratar serviços de empresa pré-determinada, podendo até mesmo se socorrer de provedor gratuito. Possibilidade de opção. Inexistência de abusividade por parte da concessionária. Ação julgada improcedentes. Recurso improvido”* (cf. Ap. nº 992.07.056023-3 - 14.01.2010 ⁹).

Os embargos são improcedentes, cumprindo, assim, ao embargante arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os presentes embargos, em consequência do que CONDENO o embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado.

P. R. I.

⁶ CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, p. 127/128.

⁷ LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251

⁸ www.esaj.tjsp.jus.br

⁹ www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

São Carlos, 18 de março de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**